

PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

O não abandono do patrimônio arquitetônico como forma de instigar nos sujeitos o (re) conhecimento das heranças urbanas

HERITAGE PRESERVATION

The non-abandonment of architectural heritage as a way to instill in subjects the (re)knowledge of urban heritage

**Tarcisio Dorn de Oliveira¹, Cristhian Moreira Brum²,
Patrícia Viana Pereira de Lima³, Eva da Silva Neta⁴,
Julia Licks Chassot⁵, Estevan de Bacco Bilheri⁶ e
Fernanda Corrêa da Silva⁷**

Resumo

Ao preservar o patrimônio é possível garantir suas características para entender e explicar a evolução histórica e urbana das cidades por meio de heranças objetivas e subjetivas. A relação entre memória urbana e sentimento de pertencimento pode refletir na identidade de cada pessoa, trazendo uma reflexão consciente pela preservação da arquitetura. Por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, este texto objetiva refletir a importância da preservação patrimonial como possibilidade de propiciar o não abandono do patrimônio arquitetônico de forma a instigar nos sujeitos o (re) conhecimento de suas heranças e a preservação da arquitetura patrimonial ainda remanescente nas cidades. Preservar vai além de proteger o patrimônio, haja vista que o patrimônio arquitetônico reforça a identidade e estabelece o sentido de pertencimento das pessoas aos lugares. Logo, a preservação patrimonial deve estar vinculada a todas as camadas da sociedade, auxiliando a montar o quebra-cabeça da história urbana das cidades.

Palavras-chave: patrimônio, arquitetura, preservação, identidade, pertencimento.

Abstract

By preserving heritage, it is possible to guarantee its characteristics to understand and explain the historical and urban evolution of cities through an objective and subjective heritage. The relationship between urban memory and the feeling of belonging can reflect on the identity of each person, bringing a conscious reflection for the preservation of architecture. Through a bibliographical review and documentary research, the text aims to reflect the importance of heritage preservation as a possibility to encourage the non-abandonment of architectural heritage in order to instill in the subjects the (re) knowledge of their heritage and the preservation of heritage architecture still remaining in cities. Preserving goes beyond protecting heritage, given that architectural heritage reinforces identity and establishes people's sense of belonging to places. Therefore,

1 Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ.

2 Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ.

3 Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela UNIJUÍ.

4 Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ.

5 Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ.

6 Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel.

7 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel.

heritage preservation must be linked to all layers of society, helping to put together the urban history puzzle of cities.

Keywords: heritage, architecture, preservation, identity, belonging.

Introdução

O patrimônio arquitetônico faz alusão aos bens imóveis que retratam a história e a memória local, remetendo sua importância à sociedade tanto para quem os deixou quanto para quem vai herdá-los. Com o avanço e o desenvolvimento das cidades, muitas vezes esses bens são descartados ou deixados à mercê ante as intempéries do tempo ou forças do capitalismo, propiciando uma deterioração provocada. Infelizmente esse é o destino fatídico de muitos prédios, acarretando a perda da identidade e da peculiaridade dos lugares, dando origem a caixas brancas ou imitações vergonhosas que não remetem à cultura, identidade ou memória das pessoas que ali residem.

O não abandono do patrimônio arquitetônico auxilia as pessoas a sentirem-se membros efetivos de uma cultura, de uma comunidade; razão porque sua apreciação torna-se crucial contribuindo para a identidade das cidades, além de servir como um registro fundamental para seus sucessores. Logo, falar em patrimônio é enfatizar seu papel na preservação das ações e das memórias de diversos grupos sociais. O patrimônio arquitetônico encerra em si diversas características culturais, filosóficas, intelectuais, dentre outras, das civilizações anteriores, pois transforma o testemunho histórico em monumento vivo e tangível. Nessa perspectiva,

Preservar os prédios antigos não é só guardar recordações dos velhos tempos, é possibilitar que outras gerações possam estudá-los, observá-los e tirar suas conclusões sobre a evolução que ali se sucedeu, além de se encantarem com suas formas e ter uma prova concreta de que aquilo que lhes falam realmente existiu. A construção da memória social urbana implica na referência ao que não foi presenciado, onde representa processos e estruturas sociais que já se transformam (OLIVEIRA; LOPES, 2018, p. 14-15).

O patrimônio abandonado, vítima da não preservação, torna-se uma página apagada da história – vestígios dignos de ser legado e transmitido para as gerações futuras. Tais materialidades devem ser preservadas e salvas da destruição por meio de políticas públicas que regulamentem sua preservação e manutenção. É necessário, entretanto, unir políticas públicas com interesse social para que aconteça a valorização patrimonial e histórica de um espaço. A preservação do patrimônio age no sentido de integrar e incorporar valor aos lugares, vinculando-se a um planejamento adequado e sustentável culturalmente para as cidades, à medida que ganha sua legitimidade social de maneira a estabelecer uma relação direta entre a preservação e o desenvolvimento econômico, estabelecendo, desta forma, significância à sua identidade simbólica. Logo,

[...] a preservação patrimonial não apenas auxilia na manutenção e conservação dos ambientes, mas, acima de tudo, guarda a memória e a cultura dos povos, haja vista, que as memórias e costumes passados de geração em geração são manifestações patrimoniais encontradas na atualidade. Um bem de caráter patrimonial remete ao pertencimento e à identidade de uma geração ao lugar, pois tais ambiências trazem em sua essencialidade história e memória que dão força ao lugar (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 16).

As cidades crescem e desenvolvem-se a cada dia, e as arquiteturas atuais e passadas não podem sobrepujarem-se umas às outras. A consciência entre o antigo e o novo é fundamental para que a identidade, a memória e a história das cidades sejam mantidas. A metodologia empregada neste texto, por intermédio dos procedimentos, estrutura-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, posto que a pesquisa bibliográfica calca-se em teorias já publicadas, possibilitando que o pesquisador se aproprie do conhecimento, podendo sistematizar, analisar e (re) interpretar o material pesquisado, enquanto a pesquisa documental apoia-se em fontes primárias (dados e informações) que precisam de um olhar científico e analítico.

A preservação e o não abandono dos bens arquitetônicos estruturam-se como fundamentais para a evolução das cidades e das pessoas, pois é por meio deles que é possível avançar na compreensão de quem somos e de onde viemos. Nesse entendimento, o texto⁸ intenta refletir sobre a importância da preservação patrimonial como possibilidade de propiciar o não abandono do patrimônio arquitetônico de forma a instigar nos sujeitos o (re) conhecimento de suas heranças e da preservação da arquitetura patrimonial ainda remanescente nas cidades. Toda a arquitetura preservada possui uma carga de memórias e lembranças de períodos vividos em determinado espaço e tempo, criando e estabelecendo uma aproximação entre o passado e o presente, possibilitando uma compreensão da atualidade e vislumbrando avanços para o futuro.

Desenvolvimento

Salvaguardar o patrimônio arquitetônico é garantir que a história de um determinado lugar seja preservada, valorizada e comunicada às gerações futuras mediante a ação dinâmica e preservacionista das pessoas que ali residem. Em uma sociedade altamente dinâmica, em que determinados bens tornam-se obsoletos em um curto espaço de tempo, globalizar é aliar a preservação a uma educação humana e cidadã nas cidades, suscitando políticas públicas envolvendo comunidade, agentes e bens portadores de memória e identidade. Cultivar a memória do passado é fundamental, pois a prática de valorizá-la, para despertar sentimento de pertencimento da comunidade, induz a um pensamento e um movimento de preservação, aliada ao não abandono dessas materialidades, instigando uma postura ambiental mais qualificada para o desenvolvimento individual e coletivo da sociedade.

O patrimônio arquitetônico pode ser compreendido como toda construção de valor arquitetônico e cultural que caracteriza e identifica uma sociedade ao longo do tempo. Assim, uma edificação antiga pode ser considerada patrimônio de valor arquitetônico e histórico por preservar vestígios de uma memória. Para Rolnik (2003), as construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências vivenciadas pelas sociedades que as edificaram, e, por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas sociedades, por meio da existência desse patrimônio, é importante. Nesse ponto de vista,

O (re) conhecimento e, ao mesmo tempo, um olhar crítico por parte da população mostram-se fundamentais para uma efetiva preservação

⁸ O texto faz parte das reflexões oriundas do Projeto de Pesquisa “Patrimônio territorial urbano: a preservação da arquitetura patrimonial e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento, cidadania e o planejamento das cidades”, que conta com o apoio da Agência de Fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), edital nº 10/2021 – ARD/ARC, sob Termo de Outorga nº 22/2551-0000588-8. Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC).

do patrimônio. Permitir a interação entre a comunidade e os espaços a serem conservados proporciona aos indivíduos o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento à cidade o que, naturalmente, contribui para a salvaguarda dos espaços urbanos (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 17).

Sobre a importância da preservação arquitetônica, entende-se que agora é a hora de agir e repassar toda e qualquer informação, ao invés de deixá-la só nas mãos de quem esteja ligado ao meio preservacionista – há a necessidade de expandir às escolas e a todos os lares. Nesse sentido, Tomaz (2010) reforça que ao preservar uma edificação de relevância para uma cidade também se preservam histórias, fazendo uma ligação entre elas que vai se renovando e se (re) significando diariamente, pois com a conservação de bens patrimoniais perpetua-se a memória urbana, preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história.

Proteger os bens arquitetônicos é preservar a identidade dos lugares e a cultura das pessoas, uma vez que, ao perder ou alterar as manifestações arquitetônicas e paisagísticas, o indivíduo perde, também, seus referenciais, que, por vezes, acabam não permitindo a identificação da cidade em que vive. Todos os costumes e tradições, hoje, ainda conseguem ser resgatados por conta da existência dos monumentos, construções, cidades, bairros, sítios, etc. que compõem o patrimônio, reforçando a integração das três esferas de Poder (federal, estadual e municipal) e setores da sociedade civil, garantindo ações mais eficazes na recuperação física, econômica e social dos núcleos urbanos. Assim, o patrimônio arquitetônico

[...] possui a capacidade de estimular a memória das pessoas, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. A preocupação em protegê-lo começou no início do século XX, sendo criadas a partir daí várias normativas, comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. A importância de entrelaçar situações de ensino e aprendizagem com o que se denomina de preservação da arquitetura surge junto a movimentos sociais que buscam uma autonomia e a valorização da cultura local e global (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 147).

O respeito ao patrimônio arquitetônico deve ser ressaltado, afinal, os bens patrimoniais são verdadeiras caixas de conhecimento e de motivação para a preservação, pois consiste exatamente em manter esses monumentos únicos com suas qualidades e peculiaridades próprias, consagradas pela história – o que faz com que, em breve, novas memórias sejam estabelecidas, haja vista que a arquitetura não para e a toda hora há algo novo surgindo, uma vez que as dinâmicas citadinas estão sempre em constante mudança. Para Oliveira e Lopes (2018, p. 14), “a arquitetura possui em si uma monumentalidade, a qual transcende, refletida na ambiência urbana por uma ideia, concepção e crença, haja vista que os bens patrimoniais (objetos-símbolo) propiciam às pessoas a possibilidade de viajar no imaginário”.

O indivíduo é parte de um todo, e, por menor que seja o contato com tal edificação, cidade, monumento ou qualquer outro patrimônio, de certa forma ele torna-se parte daquela história/memória, e é isso que se precisa entender, pois são marcas e lembranças que, ao manterem intactas as edificações/patrimônios, permanecem para toda a eternidade. Rolnik (2003) salienta que o patrimônio é uma riqueza que pode ser descoberta por meio da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções do tempo em que elas pulsavam. Mediante a dinâmica de seus antigos habitantes, a arquitetura da cidade é, ao mesmo tempo, continente e registro da vida social. Ou seja,

Interessa, pois, neste sentido lembrar que o passado já foi, passou e o futuro ninguém sabe o que será. O momento presente é o único que temos na vida para fazer algo, sempre considerando o que o passado nos legou com as marcas que deixou e, do mesmo modo criando condições para viver a vida atualmente, que deixará as marcas e condições para o futuro, seja ele qual for. [...] é fundamental conhecer e reconhecer os bens arquitetônicos que são relevantes para resgatar a história, a memória, a identidade e os acontecimentos passados, podendo compreender o universo social e cultural, bem como sua trajetória histórica e temporal em que estão inseridos. Ao preservá-los espera-se que o indivíduo faça a leitura do espaço que o rodeia, (re) montando e contando a história do passado (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 18).

As pessoas necessitam de continuidade histórica, pois não há evolução sem tradição, ou seja, sem vivência histórica através das evidências históricas. Tais artefatos culturais antro-p-históricos possuem particularidades e justificam as peculiaridades e a essência da identidade das cidades. Lara (2016) salienta que foi somente a partir do início do século 20 que o conceito de memória passou a ser vinculado a um fenômeno social – a memória é a história e vice-versa –, na medida em que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas em que os mesmos interagem entre si por meio dos aspectos socioculturais, por exemplo, nos ambientes familiar, profissional, político, religioso, dentre outros.

Entender o patrimônio arquitetônico como um bem de interesse público não basta para mobilizar as pessoas, uma vez que estas desconhecem o seu real valor e a necessidade de preservá-lo. A identificação com o (re) conhecimento (lugar e pessoas) estabelece uma alteração no modo de ver e perceber as coisas e o mundo. Para Tomaz (2010), ao preservar uma edificação de relevância para uma cidade também se preservam histórias, fazendo uma ligação entre elas, que vai se renovando e se (re) significando diariamente, pois com a conservação de bens patrimoniais perpetua-se a memória urbana, preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história. Nesse entendimento, percebe-se que os bens arquitetônicos

[...] pertencem à comunidade que os produziu e que a compõem, onde a consciência em preservar, sem dúvida, contribui para que os demais possam usufruir desta herança e, que por meio destes testemunhos do passado, possam compreender o processo de desenvolvimento da identidade e pertencimento desse espaço (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 148).

A preservação do patrimônio arquitetônico necessita de ações concretas de salvaguarda que fomentem o não abandono, de forma que é fundamental que cada pessoa tenha ciência da importância de protegê-lo e de ter conhecimento sobre os mecanismos administrativos e legais a serem utilizados para este fim. O patrimônio pertence à comunidade que o produziu, não sendo possível considerar a sua proteção desvinculada do interesse da comunidade. De acordo com Lemos (1981 p. 19), “preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma cidade velha [...]. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares”. A memória está presente em nossa vida de várias maneiras, com manifesto de ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos. Estes elementos estão armazenados e, quando necessários, recuperam-se os fatos distintos com a memória cultural e patrimonial. Quando incitados, tais elementos tendem a tomar relevância na vida da comunidade. Nesse sentido,

Tratar de memória remete-nos a diversos conceitos que abrangem os mais variados enfoques científicos e/ou experimentais. Em sua origem etimológica do latim, a palavra significa a faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos, anteriormente, reportando-se às lembranças e reminiscências (DIMENSTEIN, 20217 p. 10).

A memória, estimulada pela cultura, instiga uma preservação patrimonial que reforça o sentimento de pertencimento das pessoas com seus lugares. Ou seja, a memória vincula-se a um armazenamento em que as informações ficam guardadas e, quando necessário, essas são recuperadas retornando aos pensamentos presenciais. Ela é entendida como a capacidade que o ser humano tem de guardar e relembrar experiências vividas e informações relacionadas ao passado. Para Oliveira e Engerhoff (2021), o reconhecimento do patrimônio que tenha sua arquitetura e características preservadas acaba tornando-se importante para a questão da sustentabilidade, uma vez que, quando mantidas, não geram resíduos da construção civil e sua estrutura ainda pode ser reaproveitada, podendo até ser ocupado para diferentes atividades.

O conceito de memória passou a ser definido como um fenômeno social por meio dos aspectos socioculturais, como nos ambientes familiar, profissional, político, religioso, dentre outros. Tais elementos são fundamentais na construção das memórias e, conseqüentemente, da história destes indivíduos. Assim sendo, a memória é tão importante no sentido de pertencimento ao local onde se vive e é tão significativa abordá-la nos estudos e projetos científicos. Segundo Costa, Lima e Souza (2019), é preciso fortalecer a relação entre o objeto patrimonializado e as dinâmicas socioculturais que o produziu, isto é, manter o vínculo entre o objeto significado e aquele que o significa. Nessa perspectiva,

A lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais; a lembrança individual é então baseada nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva (SILVA, 2013, p. 2).

Entende-se, então, a importância da memória, que pode ser individual e coletiva, quando experiências vividas no futuro serão reconstruções do passado. Preservar o patrimônio para manter a memória vivida é de suma importância, pois a consequência de tal fato torna a sociedade pertencente e responsável ao/pelo ecossistema que habita. Dias e Machado (2009) observam que o indivíduo compreender sua realidade faz com que ele passe a dar valor à sua história e, conseqüentemente, à sua memória, posto que a memória é o elo entre as pessoas e a preservação de sua identidade.

A salvaguarda ao patrimônio necessita acontecer o mais breve possível. A população precisa valorizar estes bens, mas, para isso, deve tomar conhecimento da importância da proteção para que, no futuro, existam traços do momento em que o país começou a ser colonizado e as pessoas entendam as suas origens e consigam enxergá-los de forma palpável, não apenas no imaginário. Maltês *et al.* (2013) sinalizam que reconhecer, respeitar e, principalmente, preocupar-se com a preservação do patrimônio, está diretamente ligado às questões de pertença e reconhecimento do cidadão ao lugar. Nessa lógica,

Grande parte da preservação da memória urbana coletiva da cidade está principalmente em seus edifícios. Eles são os testemunhos mudos, porém de extrema valia de um passado distante, servindo para transmitir às novas gerações os episódios históricos que neles tiveram lugar e também como referência urbana e arquitetônica, por isso a importância de preservá-los, para que as gerações futuras possam sentir in loco a visão de uma cidade humana. [...] a importância das edificações de valor arquitetônico simboliza o poder transmitido às pessoas do presente e do futuro, derivando da intenção de fazer do espaço urbano um espaço exuberante capaz de gerar emoções, reviver tradições e recapitular relações através do tempo entre o perto-presente e o longe-passado (OLIVEIRA, 2017, p. 66).

A preservação cria um elo afetivo que conecta a sociedade aos patrimônios remanescentes, inclinando-a a defender e salvaguardá-los. Considera-se que o sentimento de pertencimento proporciona e estimula os grupos sociais a criar políticas públicas de planejamento urbano voltadas à proteção cultural das cidades. Magalhães (2006) assevera que a memória é um dos principais fatores de coesão entre a identidade e o patrimônio arquitetônico. A memória estrutura-se por meio do patrimônio coletivo produzido pelo conjunto da sociedade. Logo, é possível perceber o patrimônio arquitetônico nos bens isolados ou conjunto deles, formando e fortalecendo o testemunho da intervenção humana nos lugares.

A relação do patrimônio arquitetônico com as questões de memória, identidade, pertencimento e cidadania apresenta-se como um ciclo retroalimentador, ao entender-se que o sentimento de pertencimento de um indivíduo ocorre por meio da memória afetiva nele criada; já a memória nele incentivada chega por intermédio da preservação da cultura, e, logo, da cultura patrimonial arquitetônica. No entendimento de Martins (2003), o patrimônio arquitetônico é um conjunto de bens materiais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade, vinculado às lembranças e acrescentado à noção de cultura, materializado, assim, por um produto cultural que é herdado e passado de geração para geração. Nesse sentido,

O patrimônio arquitetônico é parte das nossas histórias e registros das vidas vividas; diz, portanto, da tradição que carregamos junto com nós. E cidade é o lugar onde vivemos e construímos as nossas histórias. Está nela o registro das heranças que acolhemos e os nossos feitos na vida que estamos nela vivendo, e as culturas expressam essas duas dimensões que nas cidades estão demarcadas (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 16).

Guardar o patrimônio é tentar conservar vivos os traços da história e fazer com que as gerações futuras experimentem as reflexões que a sociedade construiu ao longo do tempo. Entende-se que quando há a preservação patrimonial se está impedindo que se perca a essência do lugar (desde costumes, crenças, tradições, etc.), permitindo-se que as novas gerações tomem conhecimento de como foi construído o que hoje ainda resiste ao tempo. Muito já perdeu-se e não há mais nada a ser feito; por isso é fundamental que as pessoas se conscientizem da importância dos bens arquitetônicos remanescentes, deixando de lado a ideia de que o *velho* não carece de atenção e cobrar das autoridades uma posição mais firme de preservação do que ainda existe, patrimônios que marcaram a história e formaram a memória urbana das cidades.

A proteção do patrimônio arquitetônico liga-se diretamente à memória urbana e ao não abandono de tais reminiscências arquitetônicas. Para que isto seja efetivo são necessários o empenho e a participação pública e social, refletindo em novos hábitos

em busca de um objetivo comum preservacionista. É por meio da arquitetura patrimonial ainda existente que se pode notar a diversidade de povos, cultura e tradições. A preservação do patrimônio não deve servir apenas como um ato de musealização do passado, mas, sim, cumprir seu papel de formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo à comunidade, e aos indivíduos que a integram, compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e onde se situam na contemporaneidade.

Conclusão

A falta de conhecimento da população sobre a importância da preservação do patrimônio arquitetônico e seu abandono, aliada a um discurso de modernização, coloca em risco a identidade cultural e arquitetônica das cidades, tendo em vista que, com a passagem dos anos, cresce a descaracterização das edificações, apagando traços históricos que compõem a ambiência e a memória das cidades. Preservar vai além de proteger o patrimônio; preservar é não deixar que o legado existente se perca mesmo que já não esteja mais em seu estado original. Logo, não abandonar o patrimônio arquitetônico reforça a identidade e estabelece o sentido de pertencimento das pessoas aos lugares, haja vista que o passado se apresenta de forma palpável e fidedigna na cultura do povo registrada na materialidade.

Na sociedade vivida, o sentimento de pertencimento gerado em um indivíduo pelo patrimônio arquitetônico está atrelado à sua preservação e à identidade que o mesmo confere ao lugar. Sentir-se pertencente ao espaço em que se vive é imprescindível, posto que o ato de pertencer, do qual deriva o substantivo masculino pertencimento, diz da necessidade tanto da identificação do humano quanto da maioria dos animais, e é por essa sensação inconsciente e subjetiva que as pessoas se reúnem em agrupamentos – por uma necessidade latente de sentir-se parte, pertencente.

É por meio da memória urbana, evidenciada pelo patrimônio arquitetônico, em grande monta, que se constitui a identidade. Todas as cidades possuem seus atrativos (algumas conhecidas por suas comidas típicas, outras por suas paisagens naturais), mas, certamente, é seu patrimônio arquitetônico característico que faz com que seus moradores se sintam orgulhosos em dizer: *é lá na minha cidade*. Preservar o patrimônio arquitetônico é não abandonar as raízes culturais – é manter a identidade e a peculiaridade das cidades, favorecendo a evolução humana, pois, ao resgatar a história, se estabelece a preservação da riqueza cultural conectando a memória com o sentimento de pertencimento aos lugares.

Toda cidade tem sua própria história e identidade, contada e expressa por sua arquitetura, propiciando uma compreensão da evolução destes espaços que foram deixados por nossos antepassados. O patrimônio arquitetônico deve constituir-se ao mostrar toda a diversidade dos povos, exprimindo o passado e as tradições em certo tempo e espaço. Uma consciência crítica, quanto à relevância de sua preservação e proteção, contribui para a construção da cidadania, o sentimento de não abandono e a consciência cultural e histórica, ao permitir que as gerações futuras tenham a oportunidade de usufruir, também, dessas materialidades e ambiências que expressam referências e autenticidades de caráter histórico.

Referências

COSTA, H. J. de F.; LIMA, L. P.; SOUSA, M. S. R. de. Patrimônio e pertencimento: reflexões sobre patrimônio cultural nos aspectos material, imaterial e ambiental. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 9., 2019. São Luís. *Anais* [...]. São Luís, 2019. v. 1, p. 1-12.

DIAS, R.; MACHADO, G. de C. Patrimônio cultural e turismo: educação, transformação e desenvolvimento local. *Revista Patrimônio: Lazer & Turismo*, v. 6, n. 8, 2009.

DIMENSTEIN, D. *Educação patrimonial, memória e cidadania: a experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes – PE*. 2017. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, BA, 2017.

LARA, C. de B. Q. A importância da memória para a construção da identidade: o caso da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 13., 2016. Coxim. *Anais* [...]. Coxim, MS: Anpuh-MS, 2016. p. 1-8. V. 1.

LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MAGALHÃES, S. M. F. *Educação patrimonial através da compreensão da Arquitetura de museus na cidade de São Paulo*. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, 2006.

MALTÊZ, C. R.; SOBRINHO, C. P. C.; BITTENCOURT, D. L. A.; MIRANDA, K. dos R.; MARTINS, L. N.; CASTRO, M. Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. *Revista Pedagogia em Ação*, v. 2, n. 2, 2013.

MARTINS, J. C. de O. Identidade: percepção e contexto. *In: MARTINS, J. C. de O.* (org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

OLIVEIRA, T. D. de. A arquitetura como cenário de nossas lembranças: o patrimônio arquitetônico de Tupanciretã/RS. *Revista Missioneira*, Santo Ângelo, RS, v. 19, n. 2, p. 60-68, jul. 2017.

OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C. Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial. *Revista Di@logus*, Cruz Alta, RS, v. 6, n. 3, p. 141-149, 2017.

OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C.; ZAMIN, L. P.; ROCHA, M. M. da; TOLFO, J. P. Preservação do patrimônio arquitetônico: a educação patrimonial como possibilidade de manter viva e latente a história das cidades. *Revista Concilium*, [S.l.], v. 22, ed. 2, 2022.

OLIVEIRA, T. D. de; ENGERROFF, F. Z. O inventário como possibilidades de preservação do patrimônio arquitetônico. *Revista Plures Humanidades*, [S.l.], v. 21, ed. 1, p. 27-37, 2021.

OLIVEIRA, T. D. de; LOPES, C. E. J. Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica. *Revista METAgraphias: Letra JK de JK de Utopias Políticas Possíveis*, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2018.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, G. F. *A memória coletiva de Halbwachs*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.